

A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros, nos finais do Antigo Regime

R I C A R D O P E S S A D E O L I V E I R A

ricardo_pessa@sapo.pt

Resumo: Após o Concílio de Trento (1545-1563), as confrarias sob invocação do Santíssimo Sacramento, à semelhança do sucedido com as das Almas e do Rosário, conheceram enorme difusão. Através de documentos inéditos, pretendemos estudar a do Santíssimo Sacramento, com sede na matriz de Veiros, concelho de Estremoz. Em termos cronológicos o estudo compreende os anos de 1795 a 1802, período para o qual existem dados. O nosso texto evidenciará dois campos essenciais: os corpos gerentes e o suporte económico. Assim, centraremos a nossa análise nos indivíduos que administraram a irmandade; e nas fontes de rendimento, na despesa geral e nas percentagens despendidas com as festividades religiosas.

Palavras-chave: Irmandade, Santíssimo Sacramento, Portugal, Veiros, Antigo Regime.

The Brotherhood of the Holy Sacrament of Veiros in the late Ancien Régime

Abstract: After the Council of Trent (1545-1563), the brotherhoods under invocation of Blessed Sacrament, just like it happened with the brotherhoods of Souls and the brotherhoods of Rosary, have known massive diffusion. Through unpublished documents, we intend to study the Blessed Sacrament brotherhood of Veiros, Estremoz. In chronological terms, the study covers the years of 1795-1802, period for which exists documentation. Our text intends to study two main aspects: the brotherhoods leaders and the economic support. We will focus our analysis on individuals who administered the brotherhood; and the sources of income in the overhead, and the percentages spent with religious festivities.

Keywords: Brotherhood, Blessed Sacrament, Portugal, Veiros, Ancien Régime.

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através de FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UID/ELT/00077/2013.

O arquivo paroquial de Veiros, atual concelho de Estremoz, compreende documentação diversa, com destaque para capítulos de visitas, cartas pastorais, documentos relativos a confrarias, editais, provisões e róis de confessados. Relativamente à irmandade do Santíssimo Sacramento, que nos propomos estudar, e no que respeita à Época Moderna, subsiste apenas um livro de receita e despesa, que compreende os anos económicos de 1795/96 a 1801/02. No mesmo volume, o escrivão anotou os resultados das eleições dos corpos gerentes para o período de 1796/97 a 1802/03 e ainda um inventário das fazendas da irmandade¹. Refira-se, por último, a existência de quatro treslados de escrituras: três de compra e venda de propriedades foreiras à instituição e outra de uma doação recebida.

As irmandades do Santíssimo Sacramento

Após o Concílio de Trento (1545-1563), as confrarias sob invocação do Santíssimo Sacramento, à semelhança do sucedido com as das Almas do Purgatório e as de Nossa Senhora do Rosário, conheceram enorme difusão². A expressão alcançada por essas irmandades deveu-se em grande medida ao empenho das autoridades eclesásticas manifesto, por exemplo, nas constituições sinodais diocesanas. Alguns desses textos estipularam que os párocos erigissem confrarias sob invocação do Santíssimo Sacramento e que todos os fiéis as integrassem. Foi o caso das constituições

- 1 Arquivo Paroquial de Veiros (APV) – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802). A partir de 1802, as contas passaram a ser registadas num novo livro, não localizado. Não obstante, os sucessivos escrivães aproveitaram as folhas em branco do livro velho para efetuar alguns registos. Assim, o mesmo livro compreende outro tipo de informação, datada entre 1835 e 1887, com destaque para um inventário dos bens da confraria redigido a 26 de agosto de 1887.
- 2 Cf. Pedro Pentead – Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação. *Lusitania Sacra*. 2.ª série. 7 (1995) 21-26. Sobre as confrarias do Santíssimo Sacramento, em Portugal, cf. Laurinda Abreu – Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade e Poder. In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Vol. I. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 1991, p. 3-15; Maria Marta Lobo de Araújo – As traves mestras da Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o Compromisso de 1612. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 41:3-4 (2001) 137-150; Maria Marta Lobo de Araújo – *A Confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*. Vila Verde: Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, 2001; Maria Ângela Beirante – *As Antigas Confrarias da Vila de Cabeção: Espelho da sua Vida Social e Religiosa*. Lisboa: Colibri, 2011, p. 21-35; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga – A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a Assistência à Pobreza (1806-1820). *Revista Tempo*. 20 (2014) 1-19; Maria Fernanda Enes – As Confrarias do Santíssimo Sacramento e das Almas no âmbito da cultura barroca (um caso na Diocese de Angra). In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Vol. I. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 1991, p. 275-298. Para Espanha, cf., entre outros, Miguel Ventura Gracia – *Las Cofradías Cordobesas del Santísimo Sacramento. El caso de Espejo en la Edad Moderna*. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, CajaSur, 2010; Carlos Lozano Ruiz – Un ejemplo de sociabilidad y asistencia social en Palencia en los siglos XVII y XVIII: la Cofradía del Santísimo Sacramento de San Lázaro. In *Sociabilidades na Vida e na Morte (Séculos XVI-XX)*. Coord. de Maria Marta Lobo de Araújo, Alexandra Esteves, Ricardo Silva e José Abílio Coelho. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2014, p. 421-435. Cf., ainda os estudos publicados em *Festivas Demonstraciones. Estudios sobre las Cofradías del Santísimo y la Fiesta del Corpus Christi*. Fermín Labarga García (editor). Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2010 e em *Minerva. Liturgia, fiesta y fraternidad en el barroco español. Actas del I Congreso Nacional de Historia de las Cofradías Sacramentales*. Sepúlveda: Cofradía del Corpus de Sepúlveda, 2008.

de Braga³, de Miranda⁴, de Portalegre⁵ e do Porto⁶. O texto normativo do bispado de Elvas, de que fazia parte a paróquia de Veiros, embora não tivesse legislado expressamente nesse sentido, valorizou essas confrarias incentivando os fiéis a beneficiá-las com esmolas⁷ e canalizando para as mesmas a aplicação de determinadas penas pecuniárias⁸.

A data da fundação da irmandade do Santíssimo Sacramento, estabelecida na matriz de Veiros, cujo orago é o Salvador do Mundo, permanece desconhecida. Ao certo, sabemos que já existia a 8 de novembro de 1603, ocasião em que o monarca confirmou o seu compromisso⁹. No mesmo ano, Filipe III (1598-1621) confirmou os textos normativos de outras cinco confrarias sediadas no mesmo templo: a das Almas do Purgatório¹⁰, a do Espírito Santo¹¹, a do Nome de Jesus¹², a de Nossa Senhora do Rosário¹³ e a de Santo António¹⁴. Em 1618, uma provisão régia autorizou a instituição da confraria do Salvador do Mundo¹⁵; e em 1623, frei Donato de Santo António, procurador da Ordem da Santíssima Trindade, obteve licença para erigir uma confraria sob aquela invocação¹⁶. A maior parte dessas associações de fiéis, ativas no início do século XVII, acabaria por desaparecer. Em 1758, frei Francisco Ribeiro Fernandes, prior da vila, afirmou que a igreja matriz, além da do Santíssimo, albergava apenas outras duas confrarias: a das Almas e a de Nossa Senhora do Rosário¹⁷. Por essa altura, existiam apenas 255 vizinhos na vila (739 pessoas) e 48 nos restantes lugares da freguesia (158 pessoas)¹⁸. Nas duas paróquias do termo existiam 124 fogos: em Santo Amaro, o pároco deu conta da existência de 78 fogos (259 pessoas

3 *Constituições Synodais do Arcebispado de Braga*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697, p. 307-308.

4 *Constituições Synodais do Bispado de Miranda*. Lisboa: Francisco Correia, 1565, fol. 98-98v.

5 *Constituições Synodais do Bispado de Portalegre*. Portalegre: Jorge Roiz, 1632, fol. 187.

6 *Constituições Synodais do Bispado do Porto*. Porto: José Ferreira, 1690, p. 483.

7 “E para que se animem os fiéis a ajudar as fabricas, & confrarias do santissimo Sacramento, que são pobres: concedemos quarenta dias de indulgencia aos que derem às ditas confrarias valia de meyo tostaõ, tantas quantas vezes a derem”, cf. *Primeiras Constituições Sinodais do Bispado D’Elvas*. [Lisboa]: [Pedro Craesbeeck], [1635], fol. 17v.

8 Cf., por exemplo, *Primeiras Constituições Sinodais do Bispado D’Elvas...*, fl. 16, 18 e 20-20v.

9 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 9, fl. 236v-237.

10 ANTT – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 9, fl. 259.

11 ANTT – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 9, fl. 258.

12 ANTT – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 9, fl. 238v.

13 ANTT – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 9, fl. 230v-231.

14 ANTT – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 9, fl. 231.

15 ANTT – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 11, fl. 240.

16 ANTT – Chancelaria da Ordem de Avis, liv. 11, fl. 270v.

17 ANTT – Memórias Paroquiais, vol. 39, n.º 119, p. 675-679.

18 Em 1758, o pároco afirmou que a vila chegara a ter “algum dia quinhentos vizinhos”, cf. ANTT – Memórias Paroquiais, vol. 39, n.º 119, p. 675. Segundo o padre Carvalho da Costa, no início de setecentos, existiam 600 vizinhos na vila e 200 no termo, divididos pelas duas paróquias: Santo Amaro e São Pedro de Almuro, cf. António Carvalho da Costa – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem; Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*. Tomo II. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 624-625.

de confissão e 200 almas¹⁹); enquanto o da freguesia de São Pedro de Almuro contabilizou 46 fogos (189 pessoas de confissão e 220 almas). Dado que nessas duas paróquias não existia qualquer irmandade, é plausível que os seus moradores integrassem as confrarias da vila de Veiros²⁰. Assim, à data, existiam três confrarias paroquiais para cerca de 430 vizinhos²¹.

Promovendo e intensificando o culto da eucaristia, um dos pontos basilares do catolicismo tridentino, as confrarias do Santíssimo constituíram uma tentativa de resposta aos argumentos protestantes, designadamente no que respeita à presença real de Cristo no pão consagrado²². Ao ingressar na irmandade, os irmãos ficavam obrigados a acompanhar o sagrado viático quando conduzido a algum enfermo e a integrar a procissão do Corpo de Deus e as dos terceiros domingos de cada mês. Tinham ainda o dever, como sucedia nas demais confrarias, de acompanhar os confrades defuntos ao local da sepultura e de sufragar as suas almas. Além da assistência espiritual, os compromissos estabeleciam os moldes em que devia ser prestado o auxílio material aos confrades, determinando o socorro aos que adoecessem, aos que estivessem presos e aos que caíssem em pobreza²³.

Como se sabe, foi preocupação constante da Igreja que todos os cristãos morressem devidamente sacramentados. Toda a comunidade era chamada a acompanhar o sagrado viático e por maioria de razão os irmãos do Santíssimo Sacramento. No entanto, em Veiros, os confrades nem sempre evidenciaram zelo no cumprimento dessa incumbência, realidade que esteve longe de representar uma especificidade local²⁴. Na visita pastoral de 1744, D. Baltasar de Faria Vilas Boas, bispo de Elvas (1743-1757), verificando que os irmãos não acudiam a esse encargo, obrigou os mesários a elaborar uma pauta, a partir da qual fossem nomeados, mensalmente, alguns membros que “se juntassem inviolavelmente e com promptidão logo que o sino desse sinal e que faltando algum a cumprir a dita obrigação nem mandando

19 A partir dos sete anos de idade todo o cristão era obrigado a confessar os seus pecados, ao menos uma vez por ano, na Quaresma. Assim, o número de pessoas de confissão compreendia apenas os maiores de sete anos, enquanto o número de almas contabilizava toda a população, cf. por exemplo, *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*. Coimbra: António de Mariz, 1591, fols. 7-7v; Rafael Bluteau – *Vocabulário Portuguez e Latino* Tomo 1. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 266.

20 ANTT – Memórias Paroquiais, vol. 3, n.º 15, p. 135-140; vol. 3, n.º 62, p. 487-490. A propósito da admissão de confrades de outras freguesias, cf. Maria Marta Lobo de Araújo – *A Confraria do Santíssimo Sacramento...*, p. 42-45.

21 A respeito da densidade das confrarias por paróquia, cf. Pedro Penteado – *Confrarias Portuguesas da Época Moderna* ..., p. 22-23.

22 *Primeiras Constituições Sinodales do Bispado D'Elvas...*, fl. 15v; João Francisco Marques – *A Renovação das Práticas Devocionais*. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2: *Humanismos e Reformas*. Coord. de João Francisco Marques; António Camões Gouveia. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 558-570; Federico Palomo – *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 98-99; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga – *A Irmandade do Santíssimo...*, p. 6.

23 Sobre a assistência material aos pobres, praticada por estas confrarias, cf. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *A Irmandade do Santíssimo...*, p. 1-19.

24 Cf., por exemplo, Isaias da Rosa Pereira – *Subsídios para a História da Diocese de Lisboa do Século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980, p. 172, 179, 184.

outro em seu lugar o reverendo parcho o condemnasse e que não bastando isto para se emmendar, a irmandade o riscasse de irmão”²⁵. Pese as penas estatuídas, quatro anos depois, o prelado verificou que o capítulo não surtira efeito. Apesar de ter sido realizada a pauta, os irmãos continuaram a não acudir ao toque do sino, enquanto o pároco optou por não condenar os faltosos, facto que não deixou de surpreender o antístite: “estranhamos aos reverendos parchos não executarem o disposto na dita visita condemnando os irmãos que não accodem com promptidão o que lhes recomendamos que fação”²⁶.

Os corpos gerentes da irmandade

O governo da irmandade era assegurado pela Mesa, órgão administrativo composto por 15 pessoas, a saber, um reitor, um escrivão, um tesoureiro e 12 mordomos, também designados por irmãos de Mesa. Na eleição dos corpos gerentes para o ano económico de 1802/03, foi feita referência a um outro funcionário: o zelador da confraria²⁷.

As eleições eram anuais e realizavam-se na terça-feira de Entrudo, após a festa da irmandade. O ato tinha lugar no consistório da instituição, na presença do prior da matriz, conforme o estipulado no capítulo 4 do compromisso²⁸. Segundo o referido texto normativo, entretanto extraviado, cabia ao pároco presidir às eleições e aprovar os resultados eleitorais²⁹. O controlo da confraria estava igualmente patente na inspeção dos livros de receita e despesa, a que periodicamente era sujeita, supervisão que cabia à Ordem de Avis³⁰. Tenhamos presente que a 3 de fevereiro de 1792, D. Maria I havia reafirmado que as contas das confrarias sediadas nas igrejas daquela Ordem fossem exclusivamente inspecionadas por ministros da mesma³¹, disposição que remete para a existência de conflitos jurisdicionais entre o bispo da diocese e a Ordem de Avis.

Em 1801 não ocorreu eleição, pelo que os eleitos a 25 de fevereiro de 1800 permaneceram em exercício até 2 de março de 1802. De referir que, entre 1796 e 1803, um dos eleitos não completou o mandato. Tratou-se do alferes Pedro Cardoso Zuzarte que tendo sido escolhido para a escrivania no ano económico de 1796/97

25 APV – Capítulos de visita (1748-1825), fl. 1.

26 APV – Capítulos de visita (1748-1825), fl. 1.

27 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 26v.

28 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 2, 10 e 14v.

29 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 18, 21 e 27.

30 A 7 de julho de 1805, frei João Moreira Rodrigo de Carvalho, juiz da Ordem na comarca de Avis, estando em visita, examinou as contas da irmandade, relativas ao período compreendido entre 1796 e 1802, cf. APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 30.

31 Maria Ângela Beirante – *As Antigas Confrarias...*, p. 34.

“não quis acabar o anno”³². No entanto, a documentação não indicou o motivo da escusa, nem tão-pouco as eventuais consequências dessa decisão.

As constituições sinodais diocesanas proibiam os mordomos de servir em anos consecutivos, impedimento apenas levantado em situações extraordinárias, devidamente autorizadas pelo prelado³³. No entanto, por vezes, os compromissos destas irmandades aconselhavam precisamente o contrário, caso do da confraria sediada na paróquia de São José, em Lisboa, segundo o qual “qualquer Irmão da Mesa, poderá ser reeleito para o seu mesmo, ou outro qualquer lugar, o que não proibimos, antes aconselhamos, e aprovamos pela utilidade, que recebe a Mesa em ter pessoa, que lhe dê informação dos negocios della”³⁴. Em Veiros, se para os dois principais lugares da irmandade, isto é, para a reitoria e para a escrivania, foram quase sempre eleitos indivíduos distintos³⁵, o mesmo não sucedeu para os restantes cargos. Entre 1796/97 e 1802/03, o tesoureiro foi sempre Manuel Gonçalves Velho³⁶. Da mesma forma, vários indivíduos foram sucessivamente reeleitos para o cargo de mordomo. Entre os vários exemplos possíveis, refira-se o do capitão Pedro Francisco Broa Martelo de Mesquita, reitor em 1796/97 e mordomo nos seis anos seguintes.

A análise do estatuto dos mesários revelou um claro predomínio de indivíduos ligados ao aparelho militar: cinco capitães, dos quais um era capitão-mor; quatro alferes; um sargento-mor e um ajudante de milícias. A maior parte desses homens esteve presente na Mesa durante vários anos, chegando dois à reitoria e igual número à escrivania. O peso dos militares poderia inclusive explicar a inexistência da eleição em 1801. Como se sabe, no ano anterior havia aumentado a ameaça de um conflito com Espanha, prenúncio que viria a confirmar-se a 27 de fevereiro de 1801, com a declaração de guerra de Espanha a Portugal, conflito que ficou conhecido por Guerra das Laranjas³⁷. No entanto, essa hipótese cai por terra quando verificamos que os mesários reuniram no dia 22 de fevereiro de 1801, para tomar contas do ano anterior. Retomando a nossa análise, verificou-se que entre os mesários figurou gente da governança da vila. O arruamento para a eleição dos oficiais da câmara de Veiros,

32 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 2. A propósito da recusa em servir a instituição, cf. Maria Ângela Beirante – *As Antigas Confrarias...*, p. 22-23.

33 *Primeiras Constituições Sinodais do Bispado D’Elvas...*, fl. 99v-100.

34 *Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São José*. Lisboa: [s.n.], 1735, p. 16-17. Por sua vez, as normas da confraria sob a mesma invocação sediada na igreja da Misericórdia de Vila Viçosa determinava a escolha de mesários que nunca tivessem servido, apostando na rotatividade dos confrades, cf. Maria Marta Lobo de Araújo – *As Traves Mestras...*, p. 140.

35 Apenas um indivíduo foi eleito escrivão dois anos consecutivos.

36 Natural de Veiros. Era filho legítimo de José Gonçalves, nascido em Pai Viegas, bispado da Guarda, e de Antónia Maria, natural de São Pedro de Algalé, termo de Monforte, bispado de Elvas, cf. Arquivo Distrital de Évora (ADE) – Registos Paroquiais, Veiros, Baptismos (1794-1802), fl. 9v. Em 1794/95, o tesoureiro do Santíssimo Sacramento fora José Martins, cf. APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 3v.

37 António Ventura – Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas. In *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira. Vol. 3. Coord. de Manuel Themudo Barata. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 14-26.

elaborado em junho de 1798, é esclarecedor. Dos 29 indivíduos que estiveram presentes na Mesa da irmandade, sete haviam ocupado, ocupavam ou haviam de ocupar o cargo de juiz ordinário; enquanto nove, foram vereadores. Por essa altura, o cargo de escrivão da câmara era ocupado por João Clemente Pereira Carmo, também ele mordomo do Santíssimo³⁸. A escritania do município seria também ocupada por Diogo de Melo Silva e Vasconcelos, indivíduo que chegaria a juiz ordinário (1799) e a vereador (1800)³⁹. Refira-se ainda que o sargento-mor Inocência José Vaz de Carvalho, reitor do Santíssimo Sacramento em 1783/84⁴⁰ e mordomo entre 1796 e 1802, além de ter servido como juiz ordinário e vereador, era proprietário do ofício de juiz dos órfãos da vila de Veiros⁴¹. Apenas um teria formação superior, surgindo na documentação como “doutor”. Tratou-se de Simão Alvares Ribeiro, formado em Medicina, pela Universidade de Coimbra, e que era médico do partido da vila⁴². A presença de eclesiásticos na gerência da confraria foi reduzida. Foram somente registados cinco membros da Igreja, dos quais nenhum foi reeleito: dois foram reitores, um escrivão e dois mordomos.

Sem surpresas, verificou-se que estes indivíduos dominavam as restantes instituições da vila⁴³. O caso do capitão-mor Joaquim Costa Zagalo é paradigmático. Além de mordomo do Santíssimo Sacramento nos anos de 1797/98 e de 1798/99, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Veiros⁴⁴, a principal irmandade da vila⁴⁵, e reitor da confraria da Senhora do Rosário⁴⁶. Esteve igualmente presente na edilidade, servindo de vereador e de juiz⁴⁷. O cruzamento de fontes, designadamente os registos da confraria, os assentos paroquiais e as pautas das eleições dos oficiais da câmara de Veiros, possibilitou descortinar laços de parentesco entre os mesários. Pedro António Ribeiro e Manuel António Ribeiro eram pai e filho⁴⁸. Por sua vez, Francisco João Cosme era genro do sargento-mor Inocência José Vaz de Carvalho⁴⁹.

38 ANTT – Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, mc. 750, doc. 53; mc. 750, doc. 25.

39 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 8v; ANTT – Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, mc. 750, doc. 53; mc. 750, doc. 25.

40 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Trelado da escritura de doação de 150.000 réis que fez Maria Vicência Ribeira (1783).

41 ANTT – Registo Geral de Mercês, D. Maria I, liv. 21, fl. 105v.

42 Natural da cidade de Castelo Branco. Era filho legítimo de Belchior Alvares Ribeiro e de Isabel dos Santos, cf. ADE – Registos Paroquiais, Veiros, Baptismos (1794-1802), fl. 15.

43 O mesmo sucedeu noutros locais, cf., por exemplo, Ricardo Pessa de Oliveira – *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*. Pombal: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 2016.

44 António Maria Cunha – *Monografia geral sobre a Freguesia de Veiros*. Borba: Associação de Desenvolvimento Montes Claros, 2000. p. 120.

45 Em 1758, a Santa Casa teria de renda cerca de 240.000 réis, cf. ANTT – Memórias Paroquiais, vol. 39, n.º 119, p. 676.

46 APV – Confraria de Nossa Senhora do Rosário, Livro de receita e despesa (1793-1814), fl. 2 e 19.

47 ANTT – Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, mc. 750, doc. 53.

48 ADE – Registos Paroquiais, Veiros, Baptismos (1794-1802), fl. 5v-6; ANTT – Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, mc. 750, doc. 53.

49 ADE – Registos Paroquiais, Veiros, Casamentos (1760-1789), fl. 90v.

Simão Alvares Ribeiro e Jerónimo de Oliveira eram parentes por afinidade em virtude de terem casado o primeiro com D. Maria Rija de Miranda e o segundo com D. Inês Rija de Miranda, filhas de Jerónimo de Miranda e de Rosa Maria Rija⁵⁰. O referido Jerónimo de Oliveira era ainda parente em 3.º grau de consanguinidade de António de Oliveira⁵¹.

Tabela 1

Reitores, escrivães e tesoureiros.
Irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros (1783-1803)

| Ano | Reitor | Escrivão | Tesoureiro |
|---------|--|--|---------------------------|
| 1783/84 | Inocêncio José Vaz de Carvalho | Diogo de Melo Silva e Vasconcelos | Luís Mendes Bagoro |
| 1794/95 | ----- | ----- | José Martins |
| 1795/96 | ----- | ----- | Manuel Gonçalves Velhinho |
| 1796/97 | Pedro Francisco Broa Martelo de Mesquita | Pedro Cardoso Zuzarte (não terminou o mandato) | Manuel Gonçalves Velho |
| 1797/98 | Padre João Nunes Fragoso | João Nunes Ramos | Manuel Gonçalves Velho |
| 1798/99 | Simão Alvares Ribeiro | Francisco João Cosme | Manuel Gonçalves Velho |
| 1799/00 | Pedro António Ribeiro | Vicente José de Carvalho | Manuel Gonçalves Velho |
| 1800/01 | Francisco João Cosme | Vicente José de Carvalho | Manuel Gonçalves Velho |
| 1802/03 | Padre Baltasar António Nunes | Padre Domingos Coelho | Manuel Gonçalves Velho |

Fonte: APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Trelado da escritura de doação de 150.000 réis que fez Maria Vicência Ribeiro (1783); Livro de receita e despesa (1796-1802).

As receitas e as despesas da irmandade

No final de cada ano económico, após a eleição dos novos administradores, eram tomadas contas ao tesoureiro⁵². Em três ocasiões, o ato sucedeu no próprio dia da eleição. Nos restantes anos, decorreram entre oito e 127 dias, tendo esse último intervalo sido registado em 1797. Pela tabela 2, é possível verificar que, entre 1795/96 e 1801/02, o saldo foi sempre positivo. Uma análise sumária dos registos das restantes confrarias paroquiais evidenciou ainda que a do Santíssimo era a mais próspera. No ano de 1801/02, a confraria das Almas registou uma receita de 50.005 réis e uma

50 ADE – Registos Paroquiais, Veiros, Casamentos (1789-1802), fl. 8-8v e 19v-20.

51 ANTT – Desembargo do Paço, Alentejo e Algarve, mc. 750, doc. 53.

52 A propósito da contabilidade das confrarias paroquiais, cf., por exemplo, Sara Silva – A contabilidade da confraria de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834). In *As confrarias de Braga na época barroca*. Dir. Maria Marta Lobo de Araújo. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016, p. 95-114.

despesa de 17.900 réis⁵³; enquanto o tesoureiro da confraria de Nossa Senhora do Rosário arrecadou, no mesmo ano, 52.510 réis e despendeu apenas 2.400 réis⁵⁴.

Tabela 2

Receita e despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros (1795-1802)

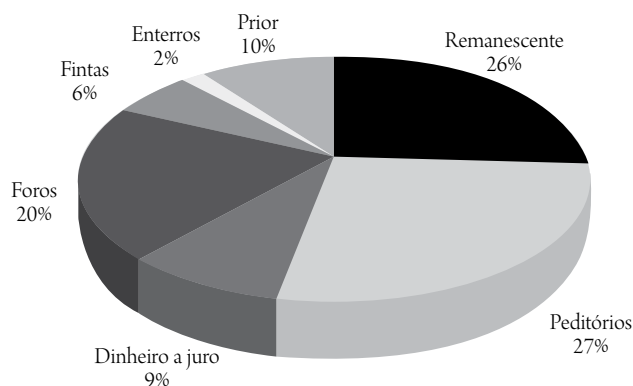
| Ano | Receita | Despesa | Saldo |
|---------|---------|---------|--------|
| 1795/96 | 81.190 | 51.240 | 29.950 |
| 1796/97 | 110.330 | 70.420 | 39.910 |
| 1797/98 | 104.002 | 66.630 | 37.372 |
| 1798/99 | 108.024 | 68.920 | 39.104 |
| 1799/00 | 117.890 | 91.075 | 26.815 |
| 1800/01 | 83.536 | 24.555 | 58.981 |
| 1801/02 | 190.446 | 155.625 | 34.821 |

Fonte: APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802).

As receitas da irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros provinham de acompanhamentos, de fintas dos irmãos, de foros, de juros de capital mutuado, de peditórios e das sobras do ano anterior. Além dessas fontes de rendimento, há a registar o produto da venda de 24 arráteis de cera que o prior da matriz era obrigado a entregar, todos os anos, ao tesoureiro da confraria “na forma do costume como consta do livro velho”⁵⁵.

Gráfico 1

Receitas da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros (1795-1802)



Fonte: APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802).

53 APV – Confraria das Almas, Livro de receita e despesa (1802-1834), fl. 1.

54 APV – Confraria de Nossa Senhora do Rosário, Livro de receita e despesa (1793-1814), fl. 19-21v.

55 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 5

No período em análise, os peditórios constituíram a principal fonte de receita da instituição. À semelhança do sucedido noutras confrarias, eram organizados diversos ao longo do ano. Aos domingos, os mordomos percorriam a paróquia pedindo esmolas em dinheiro, utilizando bacias, razão pela qual essa fonte de receita era conhecida por esmola da bacia⁵⁶. No tempo das colheitas, era realizado o peditório de trigo, sendo o cereal arrecadado posteriormente vendido. Bastante irregular, o valor dessa esmola terá dependido essencialmente do aumento ou da redução da safra de trigo. Para recolher o cereal, em determinados anos, a irmandade contratou um almocreve, pagando o serviço e o mantimento dos animais utilizados. Por exemplo, em 1795/96, ano em que o peditório rendeu 8.500 réis, a irmandade gastou 800 réis com o mantimento das bestas e com o indivíduo que as conduziu; enquanto em 1801/02, gastou 2.880 réis com a função, tendo a esmola rendido 33.000 réis. Menos expressivas foram as esmolas de azeite, recolhidas nos lagares da região, e a esmola de centeio, só por uma vez referida. Por último, mencione-se que em 1801/02 a irmandade recebeu 22.240 réis de esmolas particulares para custear a despesa feita com o pálio⁵⁷.

A confraria possuía alguns prédios rústicos e urbanos, provenientes de legados recebidos. Através de um inventário dos títulos das fazendas da irmandade, redigido em finais do século XVIII, verificou-se a escassez de propriedades de raiz. Possuía apenas três olivais, um dos quais havia sido deixado pelo bacharel Afonso Serrão Dourado, cristão-novo, sentenciado pela Inquisição em 1736⁵⁸. Como se sabe, os cristãos-novos judaizantes intentaram passar uma imagem de verdadeiros cristãos junto da comunidade cristã-velha. A maioria desses indivíduos conhecia as orações cristãs, frequentava o confessionário, ao menos uma vez por ano, assistia à missa aos domingos e dias santos, comungava e participava em procissões. Alguns realizavam romarias, instituía legados pios e capelas por sua alma e possuíam objetos ligados ao culto religioso cristão. Outros ingressavam nas confrarias locais, chegando a ocupar os seus principais cargos, o que lhes possibilitava obter promoção e afirmação social. De igual modo, com frequência doavam quantias elevadas de dinheiro às confrarias a que pertenciam⁵⁹, o que explica a atitude de Afonso Serrão Dourado.

56 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 4.

57 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 27v.

58 ANTT – Inquisição de Évora, proc. 3754. O processo não veio à consulta devido ao alegado mau estado de conservação do mesmo.

59 Maria José Pimenta Ferro Tavares – Para o Estudo dos Judeus de Trás-os-Montes no Século XVI: A 1.ª Geração de Cristãos Novos. *Cultura – História e Filosofia*. IV (1985) 378; Maria José Pimenta Ferro Tavares – Judeus e Criptojudaizantes na ilha da Madeira (séculos XV e XVI). In *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, p. 128-129; Hermínia de Vasconcelos Vilar – A Comunidade Cristã-Nova do Porto no século XVI: Notas para o seu Estudo. In *Xudeus e Conversos na História. Actas do Congresso Internacional*. Dir. de Carlos Barros. Vol. 2. Santiago de Compostela: Diputación Orense, Editorial de la Historia, 1994, p. 396. Maria do Carmo Teixeira Pinto – *Os Cristãos-Novos de Elvas no Reinado de D. João IV. Heróis ou Anti-Heróis*. Dissertação de Doutoramento

Além dos referidos olivais, a irmandade possuía apenas uma tapada de vinha e uma morada de casas altas e baixas, sita na rua dos Pais “que vindo da rua dos asougues he a terseira portta da parte direitta e pelos quinttais vindo do Rosijo da partte esquerda o segundo quinttal”⁶⁰. A rentabilização desse património, por intermédio de contratos de aforamento perpétuo ou de emprazamento por vidas, não deixou de constituir uma importante fonte de receitas, recebendo foros em azeite, em trigo e em dinheiro.

O empréstimo de capitais a juros, não sendo prática desconhecida, foi muito pouco significativo⁶¹. Na verdade, a irmandade concedeu um único empréstimo no valor de 150.000 réis ao capitão Elói Franco Vidigal e Sequeira, à razão de cinco por cento ao ano⁶². Essa quantia havia sido doada à confraria, a 17 de maio de 1783, por Maria Vicência Ribeira, viúva de João Ribeiro, moradora na vila de Veiros, que pretendia satisfazer a vontade do falecido marido “de benefesiar e facer esmolla a irmandade do Santissimo Sacramento [...] para o ffin de se aumentar ao culto [do] devino sacramento”⁶³. A escritura de dinheiro a juro acabou por passar à mão de Luís Coutinho de Albergaria Freire, mestre-de-campo do terço de Avis, que, entre 1795 e 1802, pagou os juros de forma regular⁶⁴, tendo devolvido a dita quantia a 2 de junho de 1835⁶⁵.

Após o ingresso na irmandade, os irmãos ficavam sujeitos ao pagamento de uma finta anual, cujo valor desconhecemos. Esse rendimento variou ao longo dos anos. Em 1795/96, as quotas anuais renderam 8.510 réis; em 1796/97, 6.410 réis; em 1797/98, 6.880 réis; em 1798/99, 4.730 réis; em 1799/1800, 8.060 réis; e em 1800/01, 4.905 réis⁶⁶. Vários fatores poderão explicar essa oscilação. Por um lado, poderá estar relacionada com a morte de confrades ou com a admissão de novos membros. Por outro lado, é admissível que alguns irmãos não pagassem as quotas todos os anos, enquanto outros procedessem ao seu pagamento por quartéis, como sucedido em Setúbal⁶⁷. Refira-se ainda que no caso de algum irmão resvalar para a

apresentada à Universidade Aberta. Lisboa: 2003, exemplar mimeografado, p. 233-234; Ricardo Pessa de Oliveira – *Sob os Auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a Prevaricação e o Disciplinamento (1564-1822)*. Lisboa: Tese de Doutoramento no ramo de História, especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, exemplar mimeografado, p. 223.

60 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 9.

61 Pelo contrário, outras confrarias da mesma invocação emprestaram regularmente dinheiro, a juros de 5 e 6,25 por cento, cf. Maria Marta Lobo de Araújo – *A Confraria do Santíssimo...*, p. 113-126.

62 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 19.

63 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Trelado da escritura de doação de 150.000 réis que fez Maria Vicência Ribeira (1783).

64 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 19.

65 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 31.

66 Em 1801/02, não foi referida a receita proveniente das fintas.

67 Laurinda Abreu – *Confrarias e Irmandades de Setúbal...*, p. 6.

pobreza, realidade que podia suceder à maior parte da população, ficaria isento do pagamento da finta no seu todo, ou em parte⁶⁸.

Além de providenciar de forma gratuita o acompanhamento dos confrades defuntos e de suas esposas, a irmandade colocava os seus serviços ao dispor de qualquer outra pessoa, mediante o pagamento de uma esmola. Embora desconheçamos o valor exigido, verificou-se que a denominada “esmola da cruz” era pouco significativa, tendo variado entre 800 réis, registados em 1796/97 e em 1800/01, e 2.400 réis, carregados na receita de 1801/02.

As despesas realizadas não oferecem dúvidas quanto aos objetivos da confraria. O dinheiro despendido destinou-se quase exclusivamente ao culto (97,9%) sobremaneira às festividades religiosas (76,2%). Entre estas, destaque para a adoração das Quarenta Horas, isto é, as preces públicas e contínuas feitas diante do Santíssimo Sacramento pelo espaço de 40 horas, tempo que supostamente Cristo permanecera no sepulcro⁶⁹. Sendo esta a festa da confraria, não surpreende que tenha representado 46,5% da despesa total. Só não teve lugar em 1800/01, razão pela qual a despesa desse ano foi a mais baixa de toda a série. Cera, música, parenética e remuneração dos eclesiásticos constituíram os principais itens da despesa. Por vezes, era contratado um indivíduo para acender e apagar as velas. A música, sempre presente, constituiu o item mais dispendioso⁷⁰. Além de remunerar os músicos, era necessário pagar o seu transporte e providenciar o seu alojamento, hospedagem que devia ser satisfeita por conta dos indivíduos que ocupavam os dois principais cargos da irmandade. Como esse encargo era bastante dispendioso, em janeiro de 1799, optou-se por fazer uma escala de 12 irmãos que ficaram incumbidos de hospedar os músicos convidados para a referida adoração, “a fim de se não fazer tão pezada aos Reitores e Escrivães da mesma Irmandade”⁷¹. Bem mais modesta era a celebração da quinta-feira santa. Nessa importante data do calendário litúrgico, os gastos limitavam-se à aquisição de cera (ainda que, em quantidade superior à adquirida por ocasião das Quarenta Horas) e à remuneração de um homem que, além de apagar e acender as velas, ajudava na preparação da igreja. Por duas vezes, foi referida a compra de incenso e os gastos para obter a licença para a exposição do Santíssimo Sacramento.

A manutenção e a aquisição de ornamentos de culto foi igualmente significativa, com destaque para a despesa feita com o púlpito. Se em 1799/1800, foram gas-

68 Isabel M. R. Mendes Drumond Braga – A Irmandade do Santíssimo..., p. 8, 10 e 12-14.

69 Rafael Bluteau – *Vocabulário Portuguez e Latino* Tomo 4. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 59. João Francisco Marques – A Renovação das Práticas..., p. 564-565; Maria Marta Lobo de Araújo – *A Misericórdia de Monção: Fronteira, Guerras e Caridade (1561-1810)*. Monção: Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008, p. 122-123.

70 A propósito da música nas cerimónias litúrgicas cf. João Francisco Marques – A Música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2: *Humanismos e Reformas*. Coord. de João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 486-515.

71 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 17.

tos 3.175 réis com o conserto dessa alfaia litúrgica; em 1801/02, a execução de um novo pálio importou 70.105 réis, a saber 30.425 réis com a aquisição de 26 varas de damasco, cor pérola; 5.600 réis com a compra de 17,5 varas de tafetá, destinadas ao forro do pálio; 540 réis com a expedição desses tecidos; 24.920 réis com a aquisição de 89 onças de galão de Milão; 3.820 réis com o entreforro, cordões de seda, retrós, linhas e agolas; e 4.800 réis com o feitiço do pálio⁷².

A ornamentação do altar mereceu igualmente a atenção dos confrades, tendo sido adquirido um pano para a boca da tribuna (14.090 réis) e outro de serafina e galão para a mesa da comunhão (4.160 réis). A cruz, um dos símbolos da irmandade, utilizada nos enterros e nas procissões, também foi reparada (1.200 réis). Foram comprados archotes (2.800 réis) e consertados tocheiros de vidro e lanternas do mesmo material (6.500 réis)⁷³. Relativamente à participação da confraria em obras no edifício da igreja, existe apenas registo de terem sido despendidos 480 réis com o conserto do telhado do consistório, no ano económico de 1796/97⁷⁴.

No que respeita a encargos litúrgicos, há apenas a mencionar a celebração de uma missa anual por alma de frei Domingos Curvo, aniversário que, até 1799/1800, teve um custo de 900 réis, aumentando posteriormente para 950 réis.

Os restantes itens da despesa foram muito pouco significativos. Além do mencionado pagamento ao almocreve e do mantimento dos animais utilizados no pedatório do trigo, foram adquiridos diversos objetos necessários ao quotidiano da irmandade como uma balança (800 réis), um cabide para as opas (480 réis), outro para as varas do pálio (660 réis), um livro (600 réis) e um móvel para servir de arquivo ao cartório da instituição (1.700 réis).

Conclusão

A realidade confraternal da vila de Veiros, em meados do século XVIII, reflete o quadro das devoções tridentinas e evidencia a enorme difusão alcançada pelas mesmas. A irmandade do Santíssimo Sacramento foi, sem dúvida, a mais importante das confrarias paroquiais, sediadas na matriz de Veiros. O prestígio que adquiriu é inegável. Pensemos no estatuto dos mesários que a administraram, na capacidade que demonstrou em atrair legados e doações ou no acompanhamento à sepultura de indivíduos que não eram seus confrades.

72 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 29.

73 A quantia de 6.500 réis compreende outros itens, dado terem sido arrolados em conjunto. Assim, além do conserto dos referidos objetos, essa quantia englobou a compra de uma escada de madeira (que serviria para acender as lâmpadas), tochas e apagador, cf. APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 23.

74 APV – Irmandade do Santíssimo Sacramento, Livro de receita e despesa (1796-1802), fl. 13.

Governada pela elite local, sobretudo gente ligada às armas, esteve entregue a um número limitado de homens, que estenderam o seu domínio às restantes instituições da vila. Ao reitor e ao escrivão exigia-se, além dos requisitos que se encontravam expressos no compromisso, capacidade económica, pois tinham de assegurar determinadas despesas, como a hospedagem dos músicos contratados para a festividade das Quarenta Horas. Se existiu rotatividade nos dois principais cargos, talvez devido a esse ónus, o mesmo não sucedeu com a tesouraria e com a mordomia. Após ocupar a reitoria era normal ser-se eleito mordomo, sem que tal constituísse motivo de vexação. Assim, encontramos os mesmos intervenientes durante vários anos, por vezes décadas, como foi o caso do sargento-mor Inocêncio José Vaz de Carvalho.

A análise do livro de receita e despesa revelou que os rendimentos provinham sobretudo de peditórios, do remanescente e dos foros recebidos. Por sua vez, as somas despendidas eram canalizadas quase por inteiro para o culto, com destaque para as festividades religiosas, realidade que espelha os fins da instituição. Sobressai a ausência de verbas destinadas à assistência material e, sobretudo, à espiritual prestada aos irmãos falecidos. Surpreende ainda a inexistência de referências à procissão do Corpo de Deus. Ao contrário do sucedido noutras confrarias, na viragem do século XVIII para o XIX, a do Santíssimo Sacramento de Veiros apresentou uma situação financeira estável. O saldo foi sempre positivo e não ocorreram atrasos significativos quer no pagamento de foros quer no de juros de capital mutuado, esta última prática muito pouco significativa.